UBERIZAÇÃO DO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA DO COVID-19:

reflexões bibliográficas acerca do trabalho dos entregadores por aplicativos

Bianca Neves Arnaud[1]

RESUMO

Este ensaio objetiva apresentar reflexões acerca do processo de uberização do trabalho em tempos de pandemia do COVID-19, especificamente do trabalho dos entregadores por aplicativos. Foi construído com base em levantamentos bibliográficos, com fundamentação de análises na teoria crítica, a partir de autores/as que discutem a temática. Traz como indicações conclusivas que a crise estrutural do capital e todos os processos advindos dela indicam tendências que implicam na uberização do trabalho e da vida social. Ademais, apontaram-se tendências de que as inflexões da pandemia do Covid-19 agravaram ainda mais os contornos de exploração e precarização advindos da sociedade do capital. Vale ressaltar que essas tendências precisam ser desveladas por meio de estudos e pesquisas que contribuam com o enfretamento do processo de precarização da vida social.

Palavras-chave: Uberização do trabalho; COVID-19; entregadores por aplicativos.

ABSTRACT

This essay aims to present reflections on the process of uberization of work in times of the COVID-19 pandemic, specifically the work of delivery people for applications. It was built based on bibliographic surveys, based on critical theory analysis, from authors who discuss the subject. It brings as conclusive indications that the structural crisis of capital and all the processes arising from it indicate trends that imply the uberization of work and social life. Furthermore, trends were pointed out that the inflections of the Covid-19 pandemic further aggravated the contours of exploitation and precariousness arising from the society of capital. It is noteworthy that these trends need to be unveiled through studies and research that contribute to confronting the process of precariousness of social life.

Keywords: uberization of work; COVID-19; app deliverers.

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). E-mail: biancaarnaud01@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Refletir acerca do processo de precarização e uberização do trabalho na contemporaneidade, constitui-se necessário, na medida em que se assiste à destruição das formas tradicionais de emprego, que tem impacto direto na vida dos sujeitos que vivem do trabalho, intensificando os processos de exploração e alienação dos/as trabalhadores/as, especialmente em um contexto pandêmico que acentua ainda mais as precarizações existentes. Logo, destaca-se a importância de estudos que apresentem contribuições críticas desse quadro precário e reflitam o caráter contraditório de ideologias que propagam a informalidade, o empreendedorismo e a flexibilidade como liberdade, independência e autonomia do trabalho, as quais favorecem o grande capital.

Partindo dessa concepção, este texto tem o objetivo de apresentar reflexões acerca do processo de uberização do trabalho em tempos de pandemia do COVID-19, especificamente do trabalho dos entregadores por aplicativos. Tendo em vista que estes trabalhadores estão inseridos no processo de uberização da vida que vem se expandido em escala global no contexto de transformações do mundo do trabalho, a partir de "um novo estágio da exploração do trabalho, que traz mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, à configuração das empresas, assim como às formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho" (ABÍLIO, 2017, S/N). Sendo uma modalidade que combina mundo digital com a sujeição ao cenário e à pragmática das corporações, o qual Antunes (2018) ressalta que o resultado desse processo é uma nova era de escravidão digital, ou, como pontua o autor[2], um "vilipêndio social".

Ademais, considerando a atual conjuntura que o Brasil e o mundo enfrentam, este trabalho pretende contribuir com o arcabouço teórico que reflete acerca de temas relacionados a uberização do trabalho e a pandemia do Covid-19. Ressalta-se que são reflexões preliminares e não se bastam aqui, mas devem ser ampliadas e analisadas por profissionais e pesquisadores comprometidos com o projeto profissional e societário que almejam a construção de uma nova ordem societária livre de todas as formas de exploração e opressão. Vale frisar que as contribuições aqui

[2] Destaque da fala de Ricardo Antunes, na palestra Crise e Pandemia: transformações no trabalho e desafios profissionais, no dia 19 de abril de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=cgfcPrfxwzc

abordadas advêm de reflexões bibliográficas, com bases em autores/as críticos/as que abordam a temática. Assim, estão diluídas em tópicos, os quais contém contribuições que possibilitam o entendimento dos principais apontamentos acerca do assunto.

2 OS IMPACTOS DA CRISE DO CAPITAL NO MUNDO DO TRABALHO

A crise estrutural do capital que emergiu em meados da década de 1970, ocasionou diversas mudanças que incidiram diretamente no mundo do trabalho. O sistema capitalista passa por oscilações e quando se identifica esses períodos o capital busca meios e estratégias para dar respostas a essas crises, o que se denomina como restruturação produtiva do capital. De acordo com Mota e Amaral (2010, p.5) esse processo se caracteriza pelo "estabelecimento de um 'novo equilíbrio', que têm como exigência básica a reorganização do papel das forças produtivas na recomposição do ciclo de reprodução do capital, afetando tanto a esfera da produção quanto as relações sociais."

Em vista disso, como uma das medidas para reestruturar o capital se tem a introdução de um novo modelo de produção que se baseia na experiência japonesa a partir do Toyotismo, o qual se versa em um modelo de flexibilização do trabalho. Antunes (1999) aponta que a flexibilização nesse modo de produção ocorre em busca da produtividade, a qual os direitos do trabalho são desregulamentados, flexibilizados, de maneira que o capital possa dotar instrumentos para sua nova fase. Neste contexto, ocorre a exigência de trabalhadores flexibilizados, parciais e multifuncionais.

Outro fator que contribuiu para as transformações no mundo do trabalho datam a ascensão do neoliberalismo, que pauta se na redução da atuação do Estado e maximização do mercado, e que se configura como Estado Neoliberal. Nesta concepção, Alves (2007) destaca que o Estado neoliberal é um dos elementos que constituem a lógica da precarização do trabalho, por não ser uma forma de governo, mas sim uma forma de Estado político, na qual a precariedade e o processo de precarização são reflexos da política neoliberal. Sendo assim, Alves (2009) argumenta que o mundo do trabalho a partir da constituição do Estado Neoliberal passa a ser visto como um processo constitutivo do novo metabolismo social, que se manifesta da

reestruturação produtiva e possui como base objetiva a intensificação da exploração da força de trabalho.

Partindo desses pressupostos observou se que as estratégias do Estado neoliberal são de fortalecer o capital, na qual observa-se o aumento do trabalho terceirizado, flexibilização nas contratações, ausência de vínculos trabalhistas e empregos instáveis que promovem mudanças na condição de vida do trabalhador em todas as dimensões sociais.

Além dos fatores já mencionados, os avanços tecnológicos se constituíram de grande relevância para o processo que Antunes (2015, p. 124) denomina como “a nova polissemia do trabalho, sua nova morfologia do trabalho em que a categoria trabalho passa por uma metamorfose ganha um desenho multifacetado, por meio da reestruturação do capital.”, que adquiri uma nova forma de ser do trabalho e do trabalhador. Nessa esteira, Antunes (1999) aponta que o mundo do trabalho em razão das transformações e metamorfoses vivenciou uma diminuição da classe operaria industrial tradicional e simultaneamente uma subproletarização do trabalho em procedência das várias formas de trabalho precário, parcial, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal e ao setor de serviços. Com isso, observou-se uma significativa heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho. Ademais, o autor destaca que,

> Nessa década de grande salto tecnológico, a automação e as mutações organizacionais invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. Vive-se, no mundo da produção, um conjunto de experiências, mais ou menos intensas, mais ou menos consolidadas, mais ou menos presentes, mais ou menos tendenciais, mais ou menos embrionárias. O fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neo-fordismo e neo-taylorismo), sendo em alguns casos até substituídos, como a experiência japonesa do “toyotismo” nos permite constatar (ANTUNES, 1999, p. 210).

Em decorrência dos avanços tecnológicos houve uma intensa substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, na medida em que a tecnologia introduziu novas formas de trabalho e extinguiu empregos em diversos setores (ANTUNES, 1999). Partindo disso muito se exprimia sobre o fim do trabalho vivo.

Entretanto ao contrário da premissa de que a tecnologia e o maquinário informacional-digital eliminariam completamente o trabalho, até porque o capital não

pode eliminar o trabalho vivo definitivamente, pois também necessita da interação entre trabalho vivo e morto, Antunes (2018) indica que o que está se presenciando é a introdução e a expansão do novo proletariado da era digital, na qual os trabalhos ganharam novo impulso com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). Sendo assim, o que seria o fim do trabalho com a era digital resulta-se em um grande crescimento do novo proletariado de serviços, que o autor denomina como a nova era da escravidão digital.

partindo dessa breve contextualização e com base nas argumentações dos/as autores/as percebe-se que a restruturação produtiva do capital, ascensão do neoliberalismo e os avanços tecnológicos são processos que se imbricaram e ocasionaram mutações no mundo do trabalho. Alves (2007) destaca que estes fatores tornaram explícita a condição de precariedade ontológica da força de trabalho como mercadoria que se compõe com o processo de precarização do trabalho. E os contornos desses processos aprimoraram ainda mais o trabalho estranhado, alienado, e precarizado observados claramente nos dias atuais.

2.1 A face do novo proletariado da era de serviços digitais

Com a longa “transformação do capital” e seus impactos, chegou-se a era da financeirização e da mundialização em escala global, na qual foi introduzida uma clara tendência que intensifica os níveis de precarização e informalidade. Um dos grandes resultados dessa tendência é de que o mundo do capital vem ampliado seus mecanismos de funcionamento e incorporando novas formas de trabalho excedente presentes nas terceirizações e pautado na informalidade (ANTUNES, 2018).

Ainda de acordo com o autor, com a nova morfologia do trabalho há o advento e expansão do novo proletariado de serviços da era digital que ganhou impulso com as TICs, as quais tipificam os serviços privatizados e mercadorizados, configuram-se como um elemento novo e com centralidade para compreensão dos novos mecanismos que o capital utiliza nos dias atuais. Em relação ao novo proletariado de serviços estes se caracterizam pelas diferentes modalidades de trabalho de que são exemplos os infoproletários, quais os trabalhadores nas suas atividades dependem da máquina-informacional, smartphones ou alguma modalidade de trabalho digital, ficando sujeitos a exploração de seu trabalho, assim como desprovido do controle e

gestão (IDEM). Em relação a essa modalidade o autor utiliza um exemplo emblemático da Uber, na qual:

> [...] trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis, isto é, com seus instrumentos de trabalho, arcam com suas despesas de seguridade, com os gastos de manutenção dos veículos, de alimentação, limpeza etc., enquanto o "aplicativo" – na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado –apropria-se do mais-valor gerado pelo serviço dos motoristas, sem preocupações com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Em pouco tempo, essa empresa se tornou global, com um número espetacularmente grande de motoristas que vivenciam as vicissitudes dessa modalidade de trabalho instável." (ANTUNES, 2018, p. 40).

No cenário atual, Antunes (2018) aponta que a economia está sob o domínio do capital financeiro, em razão disso as empresas cada vez mais buscam o lucro exigindo dos trabalhadores(as) a maximização do tempo e da produção, além da redução dos custos e "flexibilização" dos contratos de trabalho com a ausência de jornadas de trabalho estabelecidas, espaço laboral indefinido, salários não fixos e, consequentemente, a inexistência de direitos. Com isso, o trabalho em serviços adquire um significado que, simultaneamente, de um lado se tem a disponibilidade para o labor em decorrência da expansão dos trabalhos online e dos "aplicativos", e de outro a expansão da precariedade total que degrada ainda mais os direitos vigentes.

O autor expõe que esse cenário tende a ficar mais crítico com a expansão da indústria 4.0, concebida para gerar um novo e profundo salto tecnológico no mundo da produção com base nas TICs que se desenvolvem aceleradamente. E sua expansão se consiste em processos produtivos cada vez mais automatizados e robotizados de maneira que a lógica digital será controlada por tablets, celulares e smartphones (ANTUNES, 2020b).

Com base nos elementos acima, o autor ressalta que o mundo digital e flexível não para de "inovar", especificamente nos setores de serviços. Neste cenário uma lógica que se expande cada vez mais em escala global é denominada como uberização do trabalho, tratada por Abílio (2017, s/n) como um novo passo nas terceirizações, a qual "consolida a passagem do estatuto de trabalhador para o de um nanoempresário-de-si permanentemente disponível ao trabalho; retira-lhe garantias mínimas ao mesmo tempo que mantém sua subordinação". Ademais, Antunes (2020b,

p. 13) aponta que a uberização se exprime por “relações de trabalho crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo, assim, a aparência de “prestação de serviços” e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho”. Nesse sentido,

> Como o trabalho on-line fez desmoronar a separação entre o tempo de vida no trabalho e fora dele, floresce uma nova modalidade laborativa que combina mundo digital com sujeição completa ao ideário e à pragmática das corporações. O resultado mais grave dessa processualidade é o advento de uma nova era de escravidão digital, que se combina com a expansão explosiva dos intermitentes globais (ANTUNES, 2018, p. 42-43).

Frente a esse contexto, Antunes e Filgueiras (2020) elencam alguns argumentos no que concerne a essa lógica. Os autores supõem que as novas formas de trabalho, organizadas pelo uso das TICs e das empresas de plataformas e aplicativos, são modos de contratação de trabalho que mascaram o assalariamento, na medida em que o capital amplia o controle sobre o trabalho para exacerbar a exploração. Outro argumento apresentado é a recusa da condição de empregador, que ocorre quando a empresa utiliza o discurso de que os trabalhadores são clientes que utilizam o aplicativo para “prestar serviços” a outros, ou seja, não detém vínculos de trabalho efetivo. E por fim, a contradição delineada pelos autores como irônica, dado que do ponto de vista técnico, com o uso da tecnologia a identificação e a efetivação dos direitos seriam mais acessíveis. Porém, o que se observa são novas formas de trabalho sem regulação protetivas, isto é, sem direitos trabalhistas.

Antunes (2018) reitera que o resultado de todo esse processo se consiste no advento de uma nova era da escravidão digital. E, ainda, expressa que os intermitentes globais tendem a se expandir cada vez mais, ao mesmo tempo que o processo tecnológico expelirá uma grande parte da força de trabalho, tornando-a supérflua e descartável, sem emprego e sem perspectiva de futuro. A funcionalidade desse processo para o capital é clara de mecanismo excedente, pois na medida em que permite a intensificação de desempregados, o chamado exército industrial de reservas por Marx, reduz a remuneração da força de trabalho em escala global com a diminuição do salário daqueles que se encontram empregados.

Considerando todos os fatores elencado, Antunes (2018) indica que o mundo do trabalho está sob uma lógica extremamente destrutiva, qual a tendência é de gerar

cada vez mais a precarização, a informalidade, o subemprego, o desemprego e os trabalhos intermitentes. Portanto, destaca-se que a utilização de novas Tecnologias de Informação e Comunicação se acentuaram nesse contexto e ocasionaram transformações na natureza do trabalho, fazendo surgi uma nova face do proletariado. Os trabalhadores da era de serviços digitais englobam as antigas e novas expressões da precarização que não param de "inovar" junto com essa nova era.

2.1.1 O contexto pandêmico e os entregadores por aplicativos

Tendo como base as elucidações do tópico anterior, Antunes (2020a) expõe que no cenário atual, em que as TICs se encontram dominadas e impulsionadas pelo capitalismo em sua lógica destrutiva, a pandemia do Coronavírus veio se somar a esse cenário devastador. Isto é, o cenário de precarização nas relações e contratações de trabalho, que já se vivenciava desde a restruturação produtiva do capital, se agravou com a pandemia do Covid-19, assolando a população e os(as) trabalhadores(as) de diferentes formas. Em contribuição ao contexto pandêmico, Mascaro pondera que,

> Não se pode limitar a pandemia do Coronavírus às chaves de explicação biológicas ou da natureza. Trata-se de uma crise eminentemente social e histórica. A reiterada fragilidade da relação humana com a natureza corresponde a uma parcela pequena dos problemas presentes. No fundamental, a dinâmica da crise evidenciada pela pandemia é do modelo de relação social, baseado na apreensão dos meios de produção pelas mãos de alguns e pela exclusão automática da maioria dos seres humanos das condições de sustentar materialmente sua existência, sustento que as classes desprovidas de capital são coagidas a obter mediante estratégias de venda de sua força de trabalho. O modo de produção capitalista é a crise (MASCARO, 2020, p.05).

Destarte, a pandemia vem se proliferando extremamente no solo da crise estrutural do capital, e em poucos meses já ocasionou milhares de mortes em todo mundo, além de desempregar milhões de trabalhadores(as). O autor expressa que a Covid-19 se caracteriza como uma pandemia de classe, gênero e raça, já que os impactos desta afeta de maneira mais profunda a classe trabalhadora, as mulheres e os negros(as) reforçando ainda mais as discriminações (ANTUNES, 2020a).

Com base nas considerações dos autores percebe-se que a pandemia do Covid-19 não surti efeitos somente na questão da saúde pública, mas sim nas diferentes dimensões da vida social. Do mesmo modo que evidenciou ainda mais as

problematizações causadas pelo sistema capitalista vigente. Inclusive, Antunes (2020a) afirma que nesse quadro pandêmico os fatores que são resultantes do sistema capitalista, a saber, o desemprego monumental, a destruição da natureza, precarização do trabalho e a mercadorização da vida trouxeram um sentido ainda mais letal.

Referente a este contexto, Antunes (2020a) pondera a contradição que atinge a classe trabalhadora, pois é preciso que haja o isolamento social para que não haja a propagação e contaminação do vírus. Entretanto, como ficaram em isolamento os/as trabalhadores/as informais, os/as trabalhadores/as intermitentes, os/as uberizados/as, os/as terceirizados/as e os/as desempregados/as? pois estes só recebem dinheiro quando trabalham. Dessa maneira, o autor caracteriza que a classe trabalhadora está sob o fogo cruzado entre a situação famélica e a contaminação do vírus, e ressalta que esse cenário se acentua cada vez mais pela autocracia de Bolsonaro e a pragmática neoliberal de Guedes. Ademais, os traços destrutivos apresentados pelo autor se encaixam perfeitamente na autocracia de governo que vivenciamos atualmente, com a propagação do culto aberrante da ignorância e do desprezo a ciência.

Partindo desses pressupostos, constata-se que o contexto pandêmico elucidou ainda mais a precarização no mundo do trabalho. Frente a esse cenário foram impulsionadas novas formas e novas demandas de trabalho. Nas capitais e regiões metropolitanas, onde há um fluxo maior da população, foram adotadas medidas para a não propagação do vírus, como o distanciamento social que repercutiu de diferentes formas na vida dos trabalhadores. Sendo assim, os trabalhadores mais uma vez vivenciaram mudanças e novas condições de trabalhos.

Uma parte dos trabalhadores adotaram o *home office*[3], mas esse novo modo de trabalho não era condizente para todos, dessa forma outra parte de trabalhadores continuaram suas rotinas de trabalho adotando as medidas de segurança. No setor

[3] Home office é traduzido como escritório em casa. É possível trabalhar home office a partir de três tipos de arranjo: sendo funcionário de uma empresa, sendo freelancer ou como empresário de uma empresa home based. Modo bem utilizado nesse período de pandemia.

de serviços verificou-se uma crescente demanda dos chamados *deliverys*[4] que intensificou a jornada dos trabalhadores que já atuavam na área.

Partindo dessa introdutória contextualização, torna-se relevante problematizar o trabalho dos entregadores por aplicativos, visto que estes estão inseridos no novo proletariado da era de serviços digitais e na uberização do trabalho, do mesmo modo que atuam como um dos trabalhadores em linha de frente no período da pandemia. A caracterização desses entregadores pode ser bem visualizada nas ruas e avenidas de diversas cidades. Comumente observa-se os motoboys[5] e bikeboys[6] no chamados "pra lá e para cá" na correria da vida urbana, não importa o horário eles estão ali para garantir os serviços de entregas e, logo, o meio de sobrevivência deles.

Antunes e Filgueiras (2020) apontam que os aplicativos e plataformas instituem aos trabalhadores o rótulo de autônomos que são remunerados por tarefas ou cumprimento de tempo, sem a garantia de jornada de trabalho estabelecida ou remuneração definida e transferem para os/as trabalhadores/as os custos de seu trabalho. Além de propagarem para esses/as trabalhadores/as a ideia de flexibilidade e liberdade de trabalharem quando e onde quiser, que na verdade é uma forma de mascarar a ausência de salário garantido e de passar a responsabilidade para os/as trabalhadores/as.

Com sustentação nos apontamentos dos autores pode-se refletir a rotina de trabalho que esses entregadores enfrentam nas cidades, especificamente no contexto de pandemia em que as demandas tiveram um aumento significativo em razão do isolamento social. Fator este que fez com que os entregadores atuassem como linha de frente e confrontasse, além das expressões de precarização já vigente, com o risco de contaminação do vírus.

Dado esses breves apontamentos acerca das condições e relações de trabalho, Antunes (2020a) indica que em pleno século XXI está se vivenciando a recuperação de sistemáticas do trabalho dos primórdios do capitalismo, pautados

[4] Delivery é a palavra em inglês que significa entrega, distribuição ou remessa. Esta palavra é um substantivo que tem origem no verbo deliver, que remete para o ato de entregar, transmitir ou distribuir.
[5] Motoboy é uma profissão de quem utiliza motocicleta, para entregar e distribuir diversos tipos de objetos: alimentos, documentos, pagamentos bancários, entre outros produtos e serviços.
[6] BikeBoy ou BikeGirl é o profissional responsável por levar encomendas e documentos dentro de áreas urbanas ou em distâncias mais curtas.

pelas jornadas diárias superiores a oito horas, remuneração baixa, não acesso aos direitos sociais e trabalhistas, aumento e intensificação do trabalho. E agora somados a nova era de arcar com seus próprios custos de manutenção dos instrumentos de trabalho, sendo eles motos e bicicletas.

Dessa forma, os entregadores por aplicativos acabam se tornando o que Iamamoto (2011, p. 159) delineia como “pobre virtual” que se resulta do “trabalhador livre”. Essa caracterização se dá, devido ao indivíduo ser inteiramente necessitado, excluído da riqueza objetiva e afastado das condições necessárias à sua realização, objetivando apenas meros meios de subsistência.

Partindo dessas alegações, é importante frisar que esse contexto tende a ficar cada vez pior com a lógica destrutiva do capital e com as falácias do governo atual. Se antes da pandemia do Covid-19 já se vivenciava todo esse contexto descrito no decorrer do texto, pautado nas diversas expressões da precarização, o que se vivenciará no mundo do trabalho nos pós pandemia?

Antunes (2020a) evidencia que pós pandemia essa conjuntura se acentuará, pois o capital pretende transferir a sobrecarga da crise para a classe trabalhadora. A tendência é de agravar o desemprego, a informalidade, a informatização e precarização com a “justificativa” de recuperar a economia.

Contudo, aponta-se formas de saídas viável para essa lógica destrutiva, a qual seria a construção de uma nova ordem societária livre das amarras do capital, sendo que esta pode resultar da organização da classe trabalhadora através de lutas e dos movimentos sociais. Em consonância, o autor aponta que a possibilidade para emancipação humana pode encontrar saída a partir das revoltas e rebeliões que se originam no mundo do trabalho. De forma que:

> Essa rebeldia e contestação não exclui nem suprime outras, igualmente importantes. Mas, vivendo em numa sociedade que produz mercadorias, valores de troca, as revoltas do trabalho acabam tendo estatuto de centralidade. Todo o amplo leque de assalariados que compreendem o setor de serviços, mais os trabalhadores “terceirizados”, os trabalhadores do mercado informal, os “trabalhadores domésticos”, os desempregados, os sub-empregados etc., pode somar-se aos trabalhadores diretamente produtivos e por isso, atuando como classe, constituir no segmento social dotado de maior potencialidade anticapitalista (ANTUNES, 1999, p. 216).

Em relação as lutas da categoria, a matéria do site G1 Pará divulgou que no dia 01 de julho do ano de 2020 os entregadores por aplicativo fizeram protesto em

Belém reivindicando melhorias nas condições de trabalho e nas remunerações. Eles saíram de moto e bicicletas da avenida Visconde de Souza Franco em direção ao Palácio dos Despachos, sede do governo do Pará. Outrossim, vale destacar que houve reivindicação dos entregadores em âmbito Nacional. Neste sentido, Antunes (2020b, p.28) destaca que com a nova morfologia do trabalho, também surge uma nova morfologia das lutas sociais. E que os "breques dos Apps", que foram as duas primeiras greves dos entregadores, sinaliza o início de uma nova fase das lutas sociais provocadas pelo novo proletariado de serviços da era digital.

Em virtude dos fatos mencionados fica evidenciado, de maneira preliminar, que a pandemia desnudou as precarizações contidas no mundo do trabalho, especificamente no trabalho dos entregadores por aplicativos, na medida em que acentuou a precarização nas condições e relações de trabalho. Entretanto, é importante ressaltar que as análises não se bastam aqui, pois o contexto pandêmico ainda está em curso e tende a acentuar ainda mais esse cenário.

3 CONCLUSÃO

Este ensaio teórico se propôs a apresentar reflexões bibliográficas acerca do processo de uberização do trabalho em tempos de pandemia do COVID-19, especificamente do trabalho dos entregadores por aplicativos. Com vista a evidenciar, de maneira preliminar, como se desdobram as inflexões da pandemia no contexto de crise estrutural do capitalismo e uberização do trabalho. Vale ressaltar a importância de problematizar a uberização do trabalho, visto que nesse cenário o conhecimento torna-se um dos instrumentos fundamentais da organização social dos trabalhadores, em vista ao desvelamento das mediações que compõe esse fenômeno na atualidade, pois é a partir da vida concreta que os sujeitos encontram as mediações lógicas e ontológicas necessárias ao enfrentamento da ofensiva do capital sobre o trabalho e os/as trabalhadores/as.

Com base nos estudos iniciais verificou-se que a crise estrutural do capital e todos os processos advindos dela indicam tendências que implicam na uberização do trabalho e da vida social. Dessa forma, a partir de toda a reflexão feita no decorrer desse ensaio obteve-se como análises, de maneira introdutória, que as inflexões da pandemia repercutiram de diferentes formas na vida dos(as) trabalhadores(as),

ocasionando novas mudanças e novas condições de trabalhos, agravando ainda mais os contornos de exploração e precarização advindos da sociedade do capital.

Outrossim, as ideias que permeiam a uberização do trabalho pautadas no mito do empreendedorismo, da informalidade e da flexibilização são falácias do capital para sua valorização, e ainda uma tentativa de desresponsabilizar o Estado para que não ocorra investimentos em Políticas Públicas e Sociais, tornando os/as trabalhadores/as, como caracteriza Antunes, proletariados de si mesmos, pois, de acordo com Abílio (2020), o discurso do empreendedorismo e da liberdade de escolha propagado na uberização é na realidade um autogerenciamento subordinado.

Cabe ressaltar que são análises preliminares e não se satisfazem aqui, visto que o capital não para de “inovar” e a pandemia ainda está em curso, desta forma tendem a impactar ainda mais no mundo do trabalho e nos/as trabalhadores/as. Neste sentido, torna-se imprescindível a realização de estudos e pesquisas que contribuam com o desvelamento dessas mediações da realidade, com vistas ao fortalecimento de estratégias de enfretamento ao processo de precarização e uberização do trabalho.

Portanto, os argumentos apresentados como respostas para esse quadro são as alternativas de lutas e resistências da classe trabalhadora, palpáveis na associação de movimentos sociais e partidos de esquerda críticos que reivindiquem os direitos e interesses de classe, buscando uma nova forma de sociabilidade, na qual o trabalho estará livre das amarras do capital.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado?. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020.

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. 2017. Disponível em: https://passapalavra.info/2017/02/110685/. Acesso em: 17 de agosto de 2021.

ALVES, Giovanni. **Dimensão da reestruturação produtiva:** ensaios de sociologia do trabalho. 2º ed. Londrina, Práxis, Bauru: canal 6, 2007.

_____. **Trabalho e reestruturação no Brasil neoliberal**: precarização do trabalho e redundância salarial. V.12 n°2 p.188-197 jul/dez. 2009, rev. katálysis Florianópolis.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabanlho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Coronavírus [recurso eletrônico]:** O trabalho sob fogo cruzado. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020a.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

_____. **O privilegio da servidão** [recurso eletrônico]: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. **Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo**. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0** [recurso eletrônico]. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0**. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0** [recurso eletrônico]. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020b.

G1, Pará. **Entregadores de aplicativo realizam protesto e pedem melhores condições de trabalho, em Belém.** Disponível em: http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/07/01/entregadores-de-aplicativo-realizam-protesto-e-pedem-melhores-condicoes-de-trabalho-em-belem.ghtml acesso em: 29 de out. 2020, às 22hs17min.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 6° ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MASCARO, Alysson Leandro. **Crise e pandemia.** 1 vol. Boitempo,2020.

MOTA, Ana Elizabete, AMARAL, Ângela Santana do. **A reestruturação do capital:** fragmentação do trabalho e serviço social. Revista & debate, 2010, n° 33. Disponível em: http://www.ts.ucr.ac/binario acesso em: 26 out. 2020, às 22hs57min.